



XLVII ENCONTRO NACIONAL DOS ESTUDANTES DE ECONOMIA

ECONOMIA VERDE E AMAZÔNIA: PERSPECTIVAS NA SEDE DA COP-30

Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, Brasil

RESUMO

Neste trabalho, discutir-se-á o potencial da economia verde para promover mudanças na região amazônica, que será palco para debates sobre questões ambientais na 30ª Conferência das Partes (COP-30), em 2025, na cidade de Belém do Pará. Mediante revisão e pesquisas bibliográficas, o texto abordará os desafios enfrentados pela Amazônia na transição para uma nova economia mais sustentável. Portanto, deliberar-se-á os obstáculos e as complexidades envolvidas nesse processo de transformação, enfatizando as características positivas e negativas da região. O artigo irá finalizar apresentando perspectivas promissoras de soluções para os paradigmas destacados, sublinhando a importância de um planejamento estratégico que inclua o reconhecimento das necessidades locais e a visão do potencial amazônico.

Palavras-chave: *Amazônia; indústria; economia verde; Cop-30*

1 INTRODUÇÃO

Na capital paraense está prevista a realização da 30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP-30) no ano de 2025. Será a primeira vez que a Amazônia, um bioma essencial no combate às mudanças climáticas, sediará uma COP. Um dos temas estruturantes desta reunião é a mitigação dos efeitos da crise climática e a assunção da potência da economia verde na região, com desenvolvimento socialmente justo e sustentável, ancorado em soluções baseadas na natureza.



XLVII ENCONTRO NACIONAL DOS ESTUDANTES DE ECONOMIA

No intento de melhor compreender essa relação entre economia verde e Amazônia, é importante destacar que, atualmente, a economia local se concentra na produção de commodities agrícolas e minerais de baixo valor, que geram muitas emissões de carbono (NOBRE, 2023). É inegável que tal fato gere debates sobre a capacidade região de servir de exemplo para a COP-30 e seus debates sobre futuro sustentável. Condiz, seguindo o objetivo proposto, analisar as pesquisas já desenvolvidas no estado, as dificuldades ainda enfrentadas e quais possíveis soluções para alcançar o êxito na economia verde.

Além disso, para contribuir com o debate, esta pesquisa se baseará na tese de mestrado intitulada 'O conceito de sustentabilidade e estratégia empresarial: o caso da Natura na Amazônia', de autoria de Gilberto Suzuki, que investigou as práticas sustentáveis adotadas pela empresa na região. Logo, a análise desse estudo contribuirá para a compreensão das estratégias empresariais voltadas à economia verde na Amazônia, bem como para a identificação de possíveis sinergias entre as iniciativas da Natura e os objetivos da COP-30. Ademais, o artigo 'A economia verde - Amazônia', de Lauro Barata, servirá como referência fundamental para contextualizar o cenário econômico e ambiental da região, enriquecendo a análise.

2 O que é Economia Verde?

Pode-se determinar economia verde como aquela que "resulta em melhoria do bem-estar humano e equidade social, ao mesmo tempo em que reduz significativamente os riscos ambientais e a escassez ecológica" (United Nations..., 2011, p.16). Segundo a visão do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, são enfatizados três pilares que concebem a Economia Verde: pouca intensidade em carbono, eficiência no uso dos recursos naturais e inclusão social. O tema é novo e convida à discussão sobre os padrões de produção e consumo, além de destacar a urgência de repensar o modelo de desenvolvimento ainda dominante (DINIZ, 2012).

Adentrando no primeiro pilar da discussão, é fundamental compreender que pouca intensidade em carbono na economia refere-se a atividades, processos ou setores que geram uma quantidade relativamente baixa de emissões de carbono por unidade de produção ou consumo. A América do Sul emite anualmente cerca de 3 bilhões de toneladas de dióxido de



XLVII ENCONTRO NACIONAL DOS ESTUDANTES DE ECONOMIA

carbono, sendo responsável por aproximadamente 7% das emissões globais de carbono em 2009, provenientes de diversos setores como indústria, energia, transporte, desmatamento, pecuária, lixo e agricultura (VIOLA, 2011).

Apesar de sua vulnerabilidade às mudanças climáticas, a região possui vantagens para adotar uma economia de baixo carbono, ao contrário de grandes países emergentes em outras partes do mundo que dependem majoritariamente de combustíveis fósseis para eletricidade, no Brasil, a geração é principalmente hidrelétrica. (VIOLA, 2011). No que concerne ao segundo ponto, a ideia de consumo e produção sustentáveis envolve separar o crescimento econômico da deterioração do meio ambiente, melhorando a eficácia na utilização dos recursos naturais e encorajando formas de vida que sejam sustentáveis. Usar plantas nativas é um exemplo de como podemos tornar os sistemas de produção mais sustentáveis.

Por fim, no que diz respeito ao último pilar, ou seja, a inclusão social, Sen (2000) afirma que:

Os grandes desafios que o capitalismo enfrenta no mundo contemporâneo incluem problemas de desigualdade (especialmente de pobreza esmagadora em um mundo de prosperidade sem precedentes) e de “bens públicos” (ou seja, os bens que as pessoas compartilham, como o meio ambiente). A solução desses problemas quase certamente requererá instituições que nos levem além da economia de mercado capitalista. (SEN, 2000, p.292)

Logo, cabe enfatizar que a economia verde transcende a esfera meramente mercantilista e ambiental, aspirando igualmente a promover a equidade social. Assegurar uma distribuição equitativa dos dividendos econômicos e ecológicos requer a ponderação dos efeitos sobre as comunidades locais, incentivando a inclusão social e a mitigação das disparidades.

3 Economia Verde no estado do Pará

Os projetos envolvendo a economia verde têm ganhado cada vez mais popularidade, sendo explorados e desenvolvidos em diversas indústrias. No entanto, eles enfrentam limitações



XLVII ENCONTRO NACIONAL DOS ESTUDANTES DE ECONOMIA

no que tange a Amazônia Legal, tanto em nível nacional quanto estadual. A situação não é exceção na capital Belém, que será a sede da COP-30.

A análise apresentada aqui encontra três principais eixos de análise na relação entre o Pará e a economia verde, onde apresentar-se-á diferentes aspectos em graus de produção e consumo relacionando-os com as bases da economia verde a fim de identificar as vantagens e problemáticas de aplicação no estado.

3.1 Produção, mercado e tecnologia

A sociedade capitalista baseia-se na produção de mercadorias e tem o mercado como seu motor, predominando no século XVIII com pequena produção e pouca inovação tecnológica. Após a crise de 1870, o capitalismo mudou, focando em alto investimento em tecnologia e produção industrial de alto valor agregado. Tal fenômeno teve maior prevalência nos países que participaram da chamada industrialização retardatária e teve como principais agentes financiadores uma mistura de estado e iniciativa privada, que permitiram o desenvolvimento industrial de tais sociedades no sistema mundial.

No século XIX, o Pará tinha como grande foco a produção de borracha, em grande escala e tendo alta participação no comércio do país, no entanto o seu comércio não teve como tradução o desenvolvimento técnico-científico e a criação de produtos de alto valor agregado, como é demonstrado a seguir:

Nesse período inicial do ciclo da borracha, ao redor dos anos 1880, o Museu Paraense Emílio Goeldi já existia, mas não há registro de que tenha participado de pesquisas científicas para transformar a borracha em produtos. [...] Já existia então em Belém o Instituto Agrônomo do Norte (IAN) (5), mas igualmente não houve qualquer projeto definitivo para desenvolver tecnologia com o látex. [...] o Banco da Borracha (6), com sede em Belém (PA), financiava enormes plantações da *Hevea brasiliensis* a qualquer preço ou condição, mas, como sabemos, os recursos utilizados, ou não, não geraram tecnologia localmente. (BARATA, 2012, pg.1)



XLVII ENCONTRO NACIONAL DOS ESTUDANTES DE ECONOMIA

No geral, o histórico das medidas no estado do Pará o torna refém da extração de riqueza de seu solo e no baixo desenvolvimento, o que dificulta a ascensão de tecnologias para serem utilizadas na produção. Apesar de mudanças recentes nesse quesito, ainda pode ser considerado uma falha de desenvolvimento histórico local que dificulta qualquer empreendimento da elaborada, tecnológica e complexa indústria verde.

Pode-se citar como início dessa transição a criação da Embrapa Amazônia Oriental, em 23 de janeiro de 1975, então com o nome de Centro de Pesquisa Agropecuária do Trópico Úmido (Cpatu). A Embrapa tem desenvolvido programas de melhoramento genético e lançado variedades de plantas nativas do Brasil, abrangendo desde frutas da Amazônia e do Cerrado até forrageiras para o Centro-Sul do país (Palhares,2018). O instituto procura trabalhar na Amazônia de maneira a remediar os erros cometidos no ciclo da borracha, investindo em pesquisas de agregação de valor aos produtos da biodiversidade da Amazônia e de viabilização da transição de sistemas produtivos de baixa rentabilidade e alto impacto ambiental para sistemas de produção intensivos e sustentáveis.

3.2 Trabalho e capital humano

O trabalho gera riqueza, e o trabalhador, como portador da capacidade de trabalho, é essencial para o funcionamento do sistema. No entanto, nem todo trabalho é igual, pois além da tecnologia aplicada, as experiências e qualificações do trabalhador são igualmente importantes e necessárias. A educação, portanto, é um fator crucial para o sucesso das empresas modernas, incluindo aquelas voltadas para a economia verde.

Com base nesses pressupostos, destaca-se a importância da valorização educacional do trabalhador e da conexão dele com sua obra. A eficiência do trabalhador aumenta quando ele não está alienado de sua produção, tanto intelectual quanto em termos histórico-geográficos, sendo a sua origem um fator significativo para seu trabalho.

Com isso, pode-se iniciar a discussão sobre esse tópico no Pará. O estado paraense enfrenta problemas crônicos em sua matriz educacional, como evidenciado pelas baixas taxas de escolaridade. Segundo o Atlas do desenvolvimento humano no Brasil com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, apenas 12,31% da população com mais de 25 anos possui



XLVII ENCONTRO NACIONAL DOS ESTUDANTES DE ECONOMIA

ensino superior completo, comparado à média nacional de 18,63%. Isso implica que qualquer indústria que se estabeleça no estado terá dificuldade em encontrar mão de obra especializada e altamente qualificada, levando à possível importação de trabalhadores. Esse cenário é duplamente negativo, pois eleva os custos para a implementação de indústrias e exclui a população local da produção, resultando em um mero aluguel de terra e floresta, sem a participação popular na produção.

Outro ponto importante é a alienação do trabalho, pois o trabalhador de fora não tem os produtos, a floresta e a terra como parte de sua identidade. Essa falta de identificação, por conseguinte, dificulta a compreensão do mercado local e de seus consumidores, resultando na perda do potencial que os estudos e a técnica poderiam trazer às relações de produto e lucro. Logo, cabe enfatizar que o conhecimento acadêmico não é o único válido para mover indústrias. Para a Organização Mundial de Propriedade Intelectual - OMPI (2020, p. 15), o “conhecimento tradicional é um corpo vivo de conhecimento que é desenvolvido, sustentado e transmitido de geração em geração dentro de uma comunidade, muitas vezes fazendo parte de sua identidade cultural ou espiritual”.

Portanto, buscar integrar os saberes ancestrais e de comunidades locais ao potencial industrial é um caminho e já se mostrou valoroso para diversas indústrias. Sob essa ótica, a Natura, em fevereiro de 2024, inaugurou a primeira agroindústria de óleos essenciais em Santo Antônio do Tauá, Pará, beneficiando cem famílias locais. Anteriormente, os produtores vendiam plantas como capitiú, estoraque, pataqueira e priprioca, utilizadas na linha Ekos, para intermediários. Agora, eles podem processar esses insumos diretamente. Das 48 comunidades fornecedoras da Natura na Amazônia, 18 já possuem agroindústrias, com o objetivo de agregar valor localmente (MEDEIROS, 2024). Essa transformação da agricultura familiar é fundamental para o desenvolvimento sustentável da região, valorizando e integrando os saberes tradicionais dos pequenos produtores.

3.3 Sociedade de consumo e participação social

As relações entre consumo e renda são fundamentais para a produção e reprodução de mercadorias. A demanda por produtos valida a oferta dos mesmos, e a propensão ao gasto tende



XLVII ENCONTRO NACIONAL DOS ESTUDANTES DE ECONOMIA

a aumentar com o aumento da renda, embora não na mesma proporção. Nesse contexto, o estado do Pará apresenta uma renda per capita de R\$1.282, o que é um valor extremamente baixo e significa um consumo baixo por consequência (IBGE,2023).

Apesar dessas observações keynesianas, existe um fator histórico que influencia no consumo: a cultura. Nos costumes amazônicos, à exemplo, as plantas perfumadas têm sido usadas por diversos grupos étnicos ao longo dos tempos, desde os índios até os descendentes de colonos. Elas têm múltiplos usos, desde alimentação até rituais religiosos. Assim, a aromaterapia local incorpora essas plantas em banhos e defumações, importantes em rituais culturais e em eventos populares, como o Círio de Nazaré, que incluem a aspersão de perfumes naturais.

Já na culinária, a pimenta, alfavaca, chicória, manjericão e jambu são usados diariamente, enquanto na medicina, plantas como puxuri, casca-preciosa e óleo de copaíba são comuns em diversos formatos, porém vendidos nas feiras sem padronização (BARATA,2012). Portanto, ao analisar as relações entre consumo, renda e cultura no contexto do estado do Pará, é crucial considerar não apenas os aspectos econômicos, mas também os elementos históricos e culturais que influenciam os padrões de consumo. Enquanto a baixa renda per capita pode limitar o consumo em massa e o desenvolvimento do setor terciário, a rica herança cultural da região desempenha um papel significativo na forma como os produtos são consumidos e valorizados.

4 Caso de sucesso: um olhar para o futuro

Os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram. ' (MARX, 2011, pg. 22). Com base no que foi anteriormente discutido e nessa afirmação, percebe-se que a construção e desenvolvimento da economia verde no estado do Pará possuem pontos positivos e negativos a serem superados. A partir do caso Natura, é possível compreender as vantagens e desvantagens discutidas anteriormente;



XLVII ENCONTRO NACIONAL DOS ESTUDANTES DE ECONOMIA

Ao buscar estratégias para expandir sua produção no estado, a companhia investigou os potenciais locais e como poderia aproveitá-los. Inicialmente, a escolha da localização em Benevides, parte da região metropolitana de Belém, proporcionou acesso rápido a portos e consumidores. Além disso, a proximidade com a infraestrutura da fábrica Nova Amafrutas possibilitou o uso mais econômico e eficiente de energia, vapor e segurança comparado a outras localidades (SUZUKI, 2009).

Neste contexto, observa-se a expansão de uma possível cadeia produtiva. No entanto, conforme mencionado anteriormente, é essencial dispor de tecnologia para iniciar tal projeto. A Natura exemplificou essa possibilidade ao aproveitar as safras locais, fornecendo tecnologia para a produção local. Como ilustrado por Suzuki (2009), a proposta inicial da empresa de implantar uma fábrica em Benevides visava utilizar a planta na entre safra da laranja, otimizando a produção nos períodos de falta de matéria-prima

A Natura, ao se estabelecer na região, absorveu a imagem da "Amazônia" e procurou práticas de produção local alinhadas com a sustentabilidade ambiental e o fortalecimento do capital intelectual local para desenvolver novas técnicas. Para isso, focou em dois aspectos principais: a integração com a agricultura familiar já estabelecida na região e a qualificação de moradores locais para o trabalho na fábrica. Isso permitiu à empresa utilizar produtos cultivados por especialistas locais, garantindo uma coleta de maior qualidade, livre de processos industriais, além de aproveitar o conhecimento local sobre as plantas da região e práticas enraizadas na comunidade.

A corporação também colabora com o governo local para qualificar moradores da região metropolitana por meio de iniciativas como o Programa Estadual de Qualificação Profissional e o Serviço Nacional de Apoio à Indústria. Essa parceria aproveita a expertise local para aumentar a eficiência na produção. No entanto, a produção só é eficaz se houver demanda e consumo dos produtos. Plantas odoríferas são uma parte integral da vida amazônica, independentemente de extrato social, religião ou grupo étnico, e são utilizadas tanto por indígenas quanto por descendentes caboclos, ribeirinhos e urbanos de classe média ou alta (BARATA, 2012).



XLVII ENCONTRO NACIONAL DOS ESTUDANTES DE ECONOMIA

Portanto, a Natura pôde aproveitar-se desse contexto consumidor local para ter menores custos de transporte para um mercado com consumo forte e identificação geral com os produtos, onde a população vê o próprio trabalho. Mesmo que essa população tenha rendas limitadas, a empresa encontra consumidores graças à complementação de renda do estado por meio de programas como o Bolsa Família¹, o que permite à Natura gerar mais empregos e reforçar a renda local, fortalecendo o ciclo mercadológico.

CONCLUSÃO

A partir de tudo apresentado, sintetizam-se aqui as conclusões sobre a superação da economia atual da região em relação à forma de produção e consumo na Amazônia moderna, suas relações com a economia verde e o mundo. Observa-se que, ao analisar exemplos de projetos bem-sucedidos e paradigmas, juntamente com os parâmetros discutidos pela Economia Verde e pelas COP's, há a necessidade de Belém, do estado do Pará e da União financiarem consumo, qualidade de vida e educação para a região.

Percebe-se que os desafios locais nestes aspectos não são um obstáculo intransponível para o desenvolvimento da Economia Verde na realidade paraense. Ao invés disso, a Economia Verde emerge não apenas como um método de análise, mas também como uma fonte de soluções práticas e eficazes. Um exemplo claro disso é o caso da Natura, que ilustra como práticas sustentáveis podem ser implementadas com sucesso, mesmo diante das dificuldades locais.

Conclui-se que para efeitos de atração de investimento, direcionamento de pautas e liderança de desenvolvimento local na COP-30, a economia verde é fundamental e o funcionamento do mercado local não pode ser abandonado em detrimento de outras possibilidades menos limpas. Ressalta-se que o desenvolver da economia verde local não é uma vantagem apenas para os paraenses, mas apresenta a melhor perspectiva de futuro para a Amazônia, o Brasil e o mundo.

RÈFERÊNCIAS

¹ Programa de transferência direta de renda do governo brasileiro destinado a famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, visando assegurar a essas famílias o acesso a direitos básicos como alimentação, educação e saúde (Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, 2024).



XLVII ENCONTRO NACIONAL DOS ESTUDANTES DE ECONOMIA

BARATA, L. E. S. A economia Verde - Amazônia. *Ciência e Cultura*. São Paulo, v.64, n.3, p.1, 2012.

DINIZ, E. M.; BERMANN, C. Economia verde e sustentabilidade. *Estudos Avançados*, v. 26, n. 74, p. 323-330, 2012. <https://doi.org/10.1590/S0103-4014201200010002>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pará. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pa/>. Acesso em: 27 maio 2024.

MARX, K. *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MEDEIROS, Igor. Em fábrica da Natura no Pará, um caminho para a bioeconomia na Amazônia. Disponível em: <https://tpp-uff.com.br/2024/02/21/em-fabrica-da-natura-no-para-um-caminho-para-a-bioeconomia-na-amazonia/>. Acesso em: 17 maio 2024.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME. BOLSA FAMÍLIA. Disponível em: <https://www.gov.br/mdas/bolsafamilia>. Acesso em: 23 maio 2024.

NOBRE, C. A. et al. *Nova Economia da Amazônia*. São Paulo: WRI Brasil, 2023. Relatório. Disponível em: www.wribrasil.org.br/nova-economia-da-amazonia. Acesso em: 09 maio 2024.

ORGANIZAÇÃO Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI). *Intellectual Property and Genetic Resources, Traditional Knowledge and Traditional Cultural Expressions*. Booklet, 2020. Disponível em: https://www.wipo.int/edocs/pubdocs/en/wipo_pub_933_2020.pdf. Acesso em: 10 maio 2024.

PALHARES, J. C. P.; OLIVEIRA, V. B. V. de; FREIRE JUNIOR, M.; CERDEIRA, L. A.; PRADO, H. A. (Ed.). *Consumo e produção responsáveis: contribuições da Embrapa*. Brasília, DF: Embrapa, 2018.

SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO SUPERIOR, PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA. Governo apoia instalação de complexo industrial da Natura em Benevides. Disponível em: <https://www.sectet.pa.gov.br/secti/node/2219>. Acesso em: 15 maio 2024.

SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SUZUKI, G. T. *O conceito de sustentabilidade e estratégia empresarial: o caso da Natura na Amazônia*. 2009. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém. Orientador: Francisco de Assis Costa.

UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME. *Towards a green economy: pathways to sustainable development and poverty eradication*. S. l.: Unep, 2011

VIOLA, E. *Perspectivas internacionais para a transição para uma economia verde de baixo carbono*. *AMBIENTAL*, 2011, p. 43. Atlas do desenvolvimento humano no Brasil. Disponível em: www.atlasbrasil.org.br/consulta/planilha. Acesso em: 09 maio 2024.